

JORNAL DO SERVIDOR

Por Martha Imenes



Candidatos ao Susp terão que cumprir exigência

Altura mínima é válida se estiver prevista em lei

As candidatas e os candidatos ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp) terão que cumprir a exigência de altura mínima para ingressar no cargo somente se estiver prevista em lei e se respeitar os padrões adotados pelo Exército. Atualmente, são exigidos 1,55m para mulheres e 1,60m para homens. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi tomada em um

Recurso Extraordinário e passa a orientar todos os casos semelhantes em andamento na Justiça do país. No recurso, uma candidata à Polícia Militar de Alagoas questionou a decisão do Tribunal de Justiça do estado (TJ-AL) de manter sua reprovação no teste de aptidão física por sua altura. A candidata mede 1,56m, mas a legislação local exige altura mínima de 1,60 para mulheres.

Decisão de recurso

A defesa da mulher argumentou que a altura mínima adotada localmente é mais rigorosa do que os parâmetros adotados pelo Exército. E destacou que a norma viola não somente a garantia de acesso a cargos públicos, como também o princípio da razoabilidade.

O Supremo determinou o prosseguimento da candidata no concurso. Apesar disso, interpreta a exigência como inconstitucional quando envolve oficiais bombeiros militares da área da saúde e capelães, que têm por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual.



Atualmente, o teto constitucional é de R\$ 46,3 mil

Associação pede investigação contra servidores

Em 2024, 98% dos promotores e procuradores de 25 unidades do Ministério Público da União e dos MPs estaduais receberam remuneração acima do teto constitucional. Os dados são de levantamento feito pela organização Transparência Brasil.

O levantamento aponta que foram gastos R\$ 2,3 bilhões no ano passa-

do com valores acima do teto, consolidando a existência de um “teto decorativo”. Atualmente, o teto é de R\$ 46,3 mil, e, até fevereiro, era de R\$ 44 mil. Em 2024, pelo menos 220 integrantes do Ministério Público receberam entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão a mais do que o valor total do teto anual, segundo o Sintrajufe.

Acima do teto

No Judiciário e no Ministério Público, esses pagamentos acima do teto para juízes e promotores são alvos constantes de críticas da sociedade como um todo e, especificamente, de servidores e servidoras e das entidades que os representam.

Essas críticas, porém,

nem sempre são bem aceitas. A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) apresentou um ofício à Secretaria-Geral do Ministério Público da União (MPU) pedindo a investigação disciplinar de servidores pelo compartilhamento de mensagens ofensivas.

Orçamento

O Sintrajufe/RS tem publicado nos últimos meses diversas matérias que criticam os penduricalhos autoconcedidos por magistrados e promotores. No caso do Judiciário, o sindicato vem denunciando uma onda de autoconcessões da magistratura que geram, justamente,

o sequestro de uma fatia crescente do orçamento do Judiciário. Há diversos projetos de lei tramitando no Congresso que atacam esse problema, entre eles o PL 3401/2025, apresentado em julho por deputados da base do governo e depois apensado ao PL 3328/2025.



A ferramenta SouGov permite verificar a previsão da data de aposentadoria, as regras de cada caso e o valor estimado

SouGov: servidor pode simular aposentadoria

Sistema utiliza dados do Sigepe e somente está disponível para aposentadoria voluntária

Por Martha Imenes

Os servidores públicos federais podem simular a aposentadoria pelo aplicativo ou site SouGov. A ferramenta permite verificar a previsão da data de aposentadoria, as regras de cada caso e o valor estimado de pagamento.

Como o sistema utiliza as informações cadastradas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), a expectativa é de maior precisão nos cálculos.

O sistema só está disponível para aposentadorias voluntárias.

Aposentadorias por incapacidade permanente ou compulsória não estão incluídas no SouGov.br.

Como simular

1. Acesse o aplicativo SouGov. br pelo celular ou site <https://sougov.sigepe.gov.br/sougov/>. Entre com a conta do Gov.br (É preciso ter login e senha).
2. Na caixa “Autoatendimento”, clique em “Ver todas as opções”.
3. Em seguida busque “Simulador de Aposentadoria”.
4. Clique no botão “Simular aposentadoria”. A simulação será realizada em quatro passos:
 - a) Dados iniciais e opção LPA
 - b) Fundamentos Legais
 - c) Detalhamento e PSS
 - d) Resultado da Simulação.
5. Clique na opção “Contar Licença Prêmio por Assiduidade — LPA em dobro” e “Avançar”. Caso tenha LPA não utilizada, você deverá escolher se deseja contar em

dobro (30, 60 ou 90 dias).

- a) Se você não tiver LPA para contagem em dobro, será mostrada a mensagem “Não existem períodos de Licença Prêmio disponíveis”. Clique em Avançar.
6. Após clicar em “Avançar”, escolha o fundamento legal que deseja simular. O site do governo lembra que os requisitos preenchidos são destacados na cor verde e os para preencher são destacados na cor azul. Para detalhar, escolha a opção “Simular”.

- a) Ao clicar na opção “Simular”, serão mostrados os detalhes do fundamento legal e a opção para descartar remunerações e/ou salário contribuição. Clique em “Desconsiderar contribuições”.
- b) Se você tiver parcela passível de descarte, será apresentada uma lista com todas as remunerações/salário contribuição para que sejam selecionadas aquelas que você deseja excluir

do cálculo da média, observando o limite estabelecido.

7. O resultado mostrará a data prevista para a aposentadoria e o valor aproximado dos proventos.

Sindifisco Nacional

Ter os dados pessoais atualizados no cadastro do sindicato facilita a comunicação entre o Sindifisco Nacional e os seus filiados. Pensando nisso, a Direção Nacional produziu um tutorial em vídeo para explicar aos filiados como atualizar o seu cadastro, usando o aplicativo do sindicato no celular.

O procedimento é muito simples. Basta fazer login com o CPF e a senha. Depois, clique em “Menu”, no canto superior esquerdo. Em seguida, em “Meu Cadastro”. A partir daí, é possível atualizar os números de telefones (celular, fixo, trabalho) e os endereços (residencial ou comercial).

Governo federal autoriza nomeação de 1.984 aprovados no CPNU-1

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O governo federal autorizou a nomeação de 1.984 candidatos aprovados em concursos dos últimos dois anos. A autorização, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abrange nomes no cadastro reserva formado na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU-1).

Segundo o governo, os atos dão sequência ao projeto de recomposição do serviço público e atendem à demanda de mais de 20 órgãos, como Banco Central, Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Entre as vagas estão 100 de analista de Planejamento e Orçamento, 300 para analistas de Tecnologia da Informação, 250 de analistas técnicos de Políticas Sociais.

Segunda edição

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, celebrou o sucesso da aplicação das provas da segunda edição do Concurso Nacional Público Unificado (CNPU). Ela ressaltou que “a população brasileira já enxerga o CNU como uma política pública inclusiva, que está transformando a cara do serviço público”.

As provas da segunda edição foram realizadas, na tarde de domingo (5), em 228 cidades de todo o Brasil, para o



O presidente Lula autorizou contratação de aprovados no CPNU-1

preenchimento de 3.652 vagas.

Esther Dweck reforçou ainda que o concurso não é uma iniciativa isolada. “Ele integra um projeto de mudança e de construção de um governo que está ao lado do povo brasileiro e comprometido em melhorar a vida da população.”

Números de 2024

Em novembro de 2024, o

número de servidores federais ativos era de 1.222.723. No entanto, esse número deve crescer impulsionado principalmente pela entrada dos aprovados no Concurso Nacional Público Unificado (CNPU) e outros concursos realizados por órgãos independentes.

A previsão para 2025 é de um aumento significativo, com

a admissão de mais de 6 mil aprovados no CNU.

Esses números indicam uma retomada no crescimento do funcionalismo público federal após quedas registradas entre 2019 e 2022. Além disso, há uma tendência de envelhecimento da força de trabalho e aumento da participação feminina, segundo estudos.